

Volume

3

CONEXÃO **AMÉRICA LATINA**

**MÉXICO: FRUSTRAÇÃO
DEMOCRÁTICA E POPULISMO
NO GOVERNO DE LÓPEZ
OBRADOR**

● JESÚS SILVA-HERZOG MÁRQUEZ

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG





Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

COLEÇÃO: Conexão América Latina - dirigida por
Bernardo Sorj e Sergio Fausto

TRADUÇÃO: Fabio Storino

REVISÃO: Beatriz Kipnis

PROJETO GRÁFICO: Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022

Jesús Silva-Herzog Márquez, “México: Frustração democrática e populismo
no governo de López Obrador”.

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022.

25 p. (Conexão América Latina)

ISBN: 978-65-87503-30-1

1. Sociologia. I. Márquez, Jesús. Título. III. Série.

CDU: 316

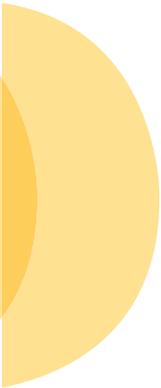
CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



CONEXÃO
**AMÉRICA
LATINA**





APRESENTAÇÃO

Na série *Conexão América Latina*, publicada por *Plataforma Democrática*, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas, cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

MÉXICO: FRUSTRAÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULISMO NO GOVERNO DE LÓPEZ OBRADOR

● JESÚS SILVA-HERZOG MÁRQUEZ¹

O governo de Andrés Manuel López Obrador representa a ruptura política com o regime de transição democrática no México. O acordo que pôs fim à longa hegemonia autoritária do Partido Revolucionário Institucional (PRI) teve origem em uma longa sequência de reformas eleitorais e institucionais que abriram caminho para o pluralismo e a descentralização. Após a Revolução Mexicana, instituiu-se um sistema de autoritarismo consensual no qual o presidente era o chefe de um partido disciplinado que dominava praticamente todas as instâncias de representação política. Essa hegemonia foi sendo gradualmente desmantelada por meio de mudanças nas regras do jogo eleitoral, dando origem a um sistema de complexos freios e contrapesos no qual a incerteza democrática instalou-se com intensidade.

O saldo dessas duas décadas de pluralismo é, sem dúvida, misto. Por um lado, expandiu-se a crítica, o poder foi descentralizado, uma constituição que parecia letra morta voltou à vida, impôs-se um limite à vontade presidencial. Por outro lado, a corrupção proliferou, a violência aumentou, o Estado perdeu o controle de faixas do território nacional, as principais

1. Professor da Escola de Governo e Transformação Pública do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey.

instituições do Estado foram capturadas por grupos de interesse. Pouco antes da eleição de 2018, os principais intelectuais do país, editores das revistas mais importantes, registravam o desencantamento. A democracia mexicana, disse Héctor Aguilar Camín em maio de 2018, tinha sido “fruto de um gradualismo reformista inteligente”. Ele havia mudado as coisas e posto fim ao velho autoritarismo do PRI. No entanto, esse novo regime teve consequências inesperadas. Produziu fragmentação e incentivou a corrupção e a malversação de recursos públicos.² Enrique Krauze, por sua vez, analisou o “desânimo” do México. Identificou três causas desse desânimo: corrupção, violência e impunidade. O pluralismo não foi capaz de evitar esses problemas ancestrais e, pode-se argumentar, até mesmo os ampliou.³

Quando na oposição, Andrés Manuel López Obrador argumentava que, na realidade, a transição democrática tinha sido uma farsa. As eleições não eram confiáveis, o Congresso não era independente, os juízes eram subservientes aos governantes. Por isso, demandava uma transição genuína. Ele não pensava em reparar as imperfeições da democracia, mas em derrubar uma estrutura dissimulada e construir no lugar um regime genuinamente democrático. A derrubada das instituições existentes correspondia à sua visão histórica: as grandes transformações exigem uma ruptura. Só as ruínas garantem o futuro.

*

As eleições de julho de 2018 foram o choque eleitoral mais profundo já enfrentado pelo México. O eleitor mexicano tinha sido até então um eleitor tímido. Quando descobriu o poder do sufrágio, usou-o com extrema cautela. Voto para trazer mudanças, mas também para manter essa mudança. Os eleitores mexicanos estrearam o pluralismo no final do século 21, formando governos com a condição de serem uma minoria. Com um voto dividido, impuseram moderação, ou o que Francis Fukuyama chamaria de *vetocracia*. Era essa a política mexicana desde 1997, ano em que o antigo partido hegemônico perdeu o controle da Câmara dos Deputados. Esse regime de bloqueios mútuos terminou em 2018 com a vitória de Andrés Manuel López

2. CAMÍN, Héctor A. Nocturno de la democracia mexicana. *Nexos*, maio 2016.

3. KRAUZE, Enrique. El desaliento de México. *Letras libres*, maio 2016.

Obrador. Optou-se então pela opção oferecida pela mudança mais radical. Os eleitores decidiram dar à nova presidência o apoio de uma maioria leal. Com esse entusiasmo, o presidencialismo foi eleitoralmente restaurado. Naquela eleição, o mapa do poder no México havia se alterado. Os partidos tradicionais haviam virado pó, enfrentando o magnetismo da nova maioria e se envolvendo em disputas familiares. O partido fundado havia poucos anos por López Obrador tinha o caminho desobstruído.

Com um comparecimento de mais de 63% dos eleitores, Andrés Manuel López Obrador conquistou 53% dos votos. Ele liderou uma coalizão incomum de três partidos. O Morena (Movimento Nacional de Regeneração), partido que ele havia fundado apenas alguns anos antes, quando deixou o quadro do Partido da Revolução Democrática (PRD); o Partido do Trabalho (PT), uma organização de uma esquerda tão arcaica que apoia o totalitarismo norte-coreano; e o Encuentro Social, uma organização com raízes evangélicas. Foi a primeira vez, desde 1988, que um candidato conquistou a maioria absoluta dos votos. O país foi então pintado de uma única cor, a cor de um partido que disputava a Presidência da República pela primeira vez. De fato, o candidato do Morena venceu em todos os estados do país, com exceção de um.

A coalizão vitoriosa obteve a maioria também no Congresso. 308 dos 500 deputados e 69 dos 128 senadores faziam parte da coalizão “Juntos Faremos História”. A matemática parlamentar deu ao novo presidente um enorme poder, mas também renunciava suas limitações. Ele tinha, sob seu comando, a máquina para fazer leis e decidir o orçamento, mas não a capacidade de alterar a Constituição.

Pelo apoio que obteve e as pautas que defendia, ficava claro que não se tratava de uma simples mudança de governo, a transmissão do poder de um partido antigo para um novo partido. A eleição do verão de 2018 alterou o mapa da política, modificou substancialmente os mecanismos do poder, alterou a própria imagem do social. Mais que a terceira alternância de poder neste século, nesse dia foi possível testemunhar o surgimento de uma segunda transição política. Seu ponto de apoio foi a denúncia das tendências oligárquicas da primeira transição. Essa segunda transição não surgiu de uma proposta reformista, mas sim, em muitos aspectos, revolucionária,

fundamental: romper com o passado, reinventar a política, constituir outra democracia, a verdadeira.

*

Quem foi o vencedor da eleição presidencial? Andrés Manuel López Obrador, ex-prefeito da capital do país que havia disputado duas eleições presidenciais, não cresceu na política das camarilhas nem na das linhagens. Não cresceu mostrando diplomas ou apostando nas recompensas da disciplina burocrática. É um político que cresceu, literalmente, na estrada. Seguramente, ele é a pessoa que percorreu mais quilômetros do território mexicano. Para criar seu partido, podia viajar horas para se encontrar, em uma cidade muito remota, com uma dúzia de apoiadores. Ele se banhou com a crueza da batalha política, onde são testados os limites do possível, do aceitável, do permitido.⁴

Sua singularidade biográfica é relevante. No horizonte mexicano, representa o surgimento de uma liderança diferente, ao mesmo tempo autêntica e indomável, profunda e desenfreada. Pode-se dizer que ele é o primeiro líder social a ocupar a presidência do México. Ele é um homem teimoso e corajoso, um homem mais de instinto que de cálculos, com uma extraordinária capacidade comunicativa. Essa excentricidade alimenta a intensidade da devoção de alguns e do medo de outros.

López Obrador foi capaz de nomear o elefante na sala. É a sociedade de privilégios que poucos se atrevem a reconhecer. O fundador do Morena aponta o dedo para a ordem oligárquica e não tem medo de dar nome aos bois. Seu discurso se encaixa no espírito atual do México (e do mundo) porque reflete um sentimento antielitista sincero. Esse líder político registrou, como ninguém, o abismo do México. Sua denúncia, obsessivamente embalada pela ideologia, revela a captura do poder político, a falta de vergonha da corrupção, as atrocidades da nossa guerra, a falta de oportunidades para milhões de pessoas. O retrato não é particularmente minucioso, mas é preciso. Ele entende que a desigualdade é o princípio norteador do México. Os remédios que ele propõe são outra coisa.

4. Muitos dos argumentos aqui apresentados são detalhados no meu livro *La casa de la contradicción*. México: Touro, 2021.

López Obrador se construiu sozinho politicamente. Por não ter padrinhos ou companheiros políticos, cultivou a adoração de si mesmo. Está convencido de que ele é a solução para o México. “Sou um raio de esperança”, disse uma vez. Para acabar com a corrupção, basta sua presença. Sua pureza é suficiente. Se o presidente for honesto, todos serão honestos. Essa fé em si mesmo contrasta com a suspeita de todo o resto. As instituições são brinquedos da máfia, as leis muitas vezes são um obstáculo à justiça, a sociedade civil é a rede que defende privilégios, a imprensa é um instrumento da reação ou do golpismo, a burocracia é um empecilho. Só ele e o povo que ele encarna merecem sua confiança.

A política é, para ele, a constante construção de inimigos. Não é um local de conciliações, mas de condensação do conflito. O complô é, para ele, a verdadeira ordem do universo. A guerra, como bem compreendida por Carl Schmitt, representa uma tarefa dupla: designar o outro e moldar o “nós”. Definir a ameaça e materializar a coesão. Ao decretar a inimizade, ao listar as discordâncias, enfatizando a ameaça do outro, López Obrador dá sentido à sua causa e dá corpo a uma legião em combate.

Para López Obrador, a política é vontade e teatro. Para alcançar a mudança, para refundar a nação, basta desejar e pintar o pano de fundo de uma nova pátria. É por isso que sua política é cenografia e centralização. Durante seu governo, ele tentou concentrar todas as rédeas do poder e cuidar da coreografia dos símbolos. O símbolo principal é o desprendimento. López Obrador se gaba de sua simplicidade e a ostenta em toda oportunidade. Ele é um franciscano que faz *streaming* de sua modéstia. Inicialmente promotor da “austeridade republicana”, tornou-se agora o pregador da “pobreza franciscana” como eixo de sua política pública.

A megalomania tem sido parte de seu charme. Seu governo pariu uma nova nacionalidade e ele, o Quarto Pai da Pátria. Primeiro o padre Miguel Hidalgo apareceu, tocando os sinos da independência; então veio o presidente liberal Benito Juárez, vencedor do império e fundador do Estado laico. O terceiro pai foi Francisco I. Madero, que deu sua vida pelo sonho da democracia. Agora ele chegou para completar o mural, com a fundação de uma pátria amorosa. Ele não finge ser um gestor. Não perde tempo discutindo as complexidades das políticas públicas. Nem está interessado em ser con-

siderado um estadista porque, para ele, a tarefa que importa é a criação da nação. Ele afirmou, de fato, que não se sente atraído pela ideia de ser considerado um estadista. O que o move é ser um homem de nação. A ambição é reveladora. Seu projeto não é a base de um poder democrático, não é a arquitetura das instituições duradouras, nem mesmo o efeito benéfico de uma política social distributiva. Seu projeto responde ao narcisismo daqueles que se olham no espelho como se admirassem uma lenda.

*

A partir de sua compreensão da história como um conto de mocinhos contra bandidos, ele percebe que a sutileza intelectual é impossível. Para se colocar em qualquer conjuntura, a definição da dicotomia essencial é suficiente. Rotular é mais importante do que entender. O que recebe o rótulo de “neoliberal” é irredimível. O que é descrito como “transformador” está acima de qualquer suspeita. Mais do que uma reforma, e mesmo do que uma ruptura revolucionária, o que López Obrador pratica é uma espécie de exorcismo. Expulsar os espíritos malignos de uma era maldita.

A fuga para o universo simbólico faz da eficiência uma vítima. Fascinada pela alegoria, a política ignora a consequência. O populismo pode ser entendido, assim, como um pretexto para a irresponsabilidade. Se o desejo presidencial pode fazer tudo, não precisa perder tempo com cálculos orçamentários, chatices administrativas, restrições legais e meandros logísticos. Reduzida a gestos, a política geralmente produz o oposto do que se quer. A poupança acaba sendo um desperdício; a ruptura, um simulacro; a inclusão, uma farsa.

López Obrador foi o primeiro cientista político a ocupar a presidência do México. Seus estudos universitários não o levaram a concluir que as questões constitucionais, os emaranhados de políticas públicas e os meandros da negociação são questões complexas. Pelo contrário, ele está convencido de que governar é fácil. A política não tem ciência, afirmou em algum momento. Um bom coração é suficiente.

*

● O teatro da polarização

O regime lopezobradorista pratica ativamente a política da polarização. Incentivar a inimizade é o combustível essencial de um governo que apenas administra. Em vez de analisar a política pública mais conveniente, repita a história de uma epopeia. A base desse confronto do Povo contra o Antipovo pode ser encontrada em Rousseau, e sua força contemporânea, na concepção política de Carl Schmitt. O populismo faz uso dessa ilusão orgânica desse Povo para pintar a política como aquele lugar onde há apenas dois polos. O principal postulado do populismo, diz Jan Werner Müller, é que “apenas alguns são realmente o povo”. Há, portanto, um povo verdadeiro e um povo falso. Um povo profundo e um povo superficial. Para o lopezobradorismo, é essencial apontar constantemente o dedo para o inimigo que se opõe à vontade popular e descrevê-lo como um bloco compacto, minoritário e poderoso. Não se trata de um confronto qualquer, insiste Müller. “O populismo é uma visão moralista peculiar da política, uma forma de perceber o mundo político que coloca um povo moralmente puro e totalmente unido [...] contra elites consideradas corruptas ou moralmente inferiores de uma forma ou de outra”.⁵

Essa marca de populismo obriga a exacerbar a dimensão simbólica da política e a diluir seu sentido prático. A cátedra de história transforma o regime em um herdeiro natural e único de todas as vertentes dignas do passado, e os oponentes, em reencarnações do mal ao longo dos séculos. Enquanto os críticos são herdeiros da traição, o governo corporifica os valores da independência, do liberalismo, da democracia e da justiça.

O presidente López Obrador fez uso de um instrumento extraordinário: todas as manhãs, ele tem uma reunião com a imprensa (as “mañaneras”). Ele comunica uma mensagem, dá voz aos seus colaboradores, responde perguntas da imprensa. É impossível para um chefe de Estado realizar coletivas de imprensa todos os dias, disseram quando ele inaugurou a prática. Foi o oposto. “La mañanera” é, sem dúvida, a base de sua popularidade e, em boa medida, o coração de seu governo. Esse encontro diário com a imprensa e com a nação não é apenas uma atividade de comunicação,

5. MÜLLER, Jan W. *¿Qué es el populismo?* México: Grano de Sal, 2017.

mas uma forma de exercer o poder em público. Lá, as notícias do dia são comentadas, as decisões são anunciadas, os colaboradores são instruídos, mensagens são enviadas a governos estrangeiros, atos de seus subordinados são repudiados. Acima de tudo, o conflito é alimentado. Todos os dias ele fala contra alguém: contra um jornalista, contra um empresário, contra a mídia, contra uma organização não-governamental, contra organizações da sociedade civil, contra a ideologia neoliberal, contra o passado.

Só há duas cores para os óculos da polarização. A sociedade civil é, portanto, uma categoria incômoda. Na nova língua oficial, é essencial colocá-la sob suspeita. A “chamada sociedade civil”, diz. Entre as aspas há desprezo. O que existe é o Povo. A “sociedade civil” é vista como um fantoche dos poderosos, pois não se reconhece a capacidade das associações voluntárias de defenderem seus interesses ou promoverem seus valores. Toda organização ambiental, cada grupo que defende os direitos humanos, os coletivos feministas, são instrumentos que a direita manipula contra a Transformação.

● O retorno do hiperpresidencialismo

O autoritarismo hegemônico do PRI teve como base o hiperpresidencialismo. O presidente da república não era apenas um chefe de Estado e de governo com poderes constitucionais, mas também o líder do partido dominante. Por meio dessa liderança, o Executivo poderia controlar o Congresso, o Judiciário, os governos locais, as empresas públicas e, portanto, conseguia definir seu sucessor. Enrique Krauze chamou isso de “presidência imperial”.⁶ A transição significou, em grande parte, o fortalecimento dos contrapoderes. Desde 1997, o Congresso não tem sido um mero “chancelador” do presidente e foi, muitas vezes, uma barreira a ele. As instituições autônomas também proliferaram e saíram do controle do Executivo. O Judiciário, que passou por uma reforma substancial em 1995, assumiu funções que lhe permitiram rever a constitucionalidade dos atos presidenciais. Os

6. KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial: de Manuel Ávila Camacho a Carlos Salinas de Gortari*. México: Tusquets, 2013.

governos locais, antes subordinados à federação, ganharam independência. O Executivo tornou-se mais um poder entre outros.

A eleição do dia 28 forneceu base eleitoral ao novo presidencialismo. Uma sólida coalizão governista foi reconfigurada para apoiar o presidente López Obrador. Nesse sentido, a represidencialização tem um significado democrático. No entanto, a Presidência tenta concentrar ainda mais o poder a partir do enfraquecimento das alternativas. Em seu estudo sobre o processo de autocratização no México, José Antonio Aguilar Rivera registra o enfraquecimento sistemático dos contrapesos ao Poder Executivo: “isso envolve uma série de mudanças institucionais que visam limitar a capacidade dos cidadãos organizados de desafiar a vontade do governo”.⁷ Isso pode acontecer por meio de mudanças legais, cortes orçamentários ou intimidação. Há constantes ataques presidenciais contra juízes que emitem sentenças contrárias a projetos do governo; à imprensa que publica notas críticas, aos jornalistas que questionam ou denunciam, às organizações da sociedade civil que se descolam da narrativa oficial. Dessa forma, o presidente conseguiu controlar a máquina de fazer leis, mas não a máquina de mudar a Constituição. Após a eleição de junho de 2021, o Morena controla 16 dos 32 estados federativos da República, 45% da população e quase 50% do PIB do país. Esses governos seguem automaticamente a linha presidencial. O presidente exerce um domínio igualmente notável sobre os governos de outros partidos. Com uma estratégia de recompensas e punições, ameaça governos independentes, ao mesmo tempo em que oferece apoio à lealdade.

O Supremo Tribunal de Justiça da Nação tem no comando um homem que declarou ter “grandes coincidências ideológicas” com o presidente López Obrador. Após as eleições de 2018, publicou um artigo na imprensa no qual sugeria que a mais alta corte da República ouvisse o “recado das urnas” e, conseqüentemente, alinhasse suas resoluções com as políticas da nova administração. Devido à demissão de um dos ministros da corte, o presidente foi encarregado da nomeação de quatro dos onze ministros. A relação entre o Supremo e a Presidência da República tem sido difícil. Ao

7. AGUILAR RIVERA, José A. Dinámicas de la autocratización: México 2021. *Revista de Ciencia Política*, v. 42, n. 2, 2022.

mesmo tempo em que López Obrador frequentemente declara seu respeito pelo presidente da corte, ele expressa seu descontentamento com a conduta e a trajetória dos outros juízes que compõem o tribunal.

Seria um exagero dizer que o Supremo Tribunal se rendeu totalmente ao presidente. Há, é claro, sinais de subordinação. O tribunal adiou a análise de questões controversas caras ao projeto presidencial. Ele declarou válida a convocatória de consulta popular solicitada pelo presidente para julgar os ex-presidentes da República. Mas também há resoluções que o contradizem abertamente. Alguns dispositivos da Lei de Remuneração foram invalidados em maio de 2019. A extensão do mandato do governador da Baixa Califórnia foi rejeitada por unanimidade. A reforma que estende a prisão preventiva informal a novos delitos foi declarada inconstitucional. Também por unanimidade, o artigo que estendia o mandato do presidente da Corte foi declarado inválido.⁸ Apesar da pressão e das tentativas de intimidação, pode-se dizer que a autonomia judicial resiste.

● A desintegração do sistema partidário

A eleição de 2018 destruiu o sistema partidário que havia substituído o arranjo hegemônico do autoritarismo. Desde 1988, o país tem um regime competitivo com três partidos com ambições presidenciais. O Partido da Revolução Democrática, um partido de centro-esquerda; o Partido da Ação Nacional, um partido de centro-direita; e, no meio, o PRI, um partido de extrema indefinição. O Morena, partido que venceu a eleição presidencial em sua primeira tentativa, reluta em ser um partido. Ele não usa o *p*, mas o *m* em seu nome: movimento. O Morena finge ser as duas coisas, movimento e partido, mas não está claro se é possível compatibilizar a efervescência do movimento com a organicidade de um partido. É verdade que, em muitas partes do mundo, os partidos escondem sua natureza. Envergonhados de seu caráter, eles são chamados de fórum, de assembleia, adotam um lema

8. UREIRO CUET, Juan M. Es cierto que el presidente López Obrador controla a la Suprema Corte? Blog *El juego de la corte*. Disponível em: <<https://eljuegodelacorte.nexos.com.mx/es-cierto-que-el-presidente-lopez-obrador-controla-a-la-suprema-corte/>>.

como nome. Mas a aversão do Morena a ser plenamente um partido vai além do marketing. No próprio manual do lopezobradorismo há uma antipatia por essa política que é regularmente canalizada por procedimentos, que estabelece regras firmes e que abre espaços para o diálogo. Um instrumento a serviço de um caudilho possui procedimentos, regras e debates subordinados à lealdade.

Apesar de seu sucesso eleitoral, apesar de ser inequivocamente a organização política mais popular no cenário político mexicano, o Morena não se constituiu como um partido. Um partido é uma instituição porque não oferece à sociedade somente candidaturas. É uma instituição porque define regras para seus militantes de tal forma que a competição pelo poder percorre rotas confiáveis e previsíveis. É verdade que é um partido jovem, que há poucos anos era o sonho de alguns dissidentes da esquerda e que, de repente, tornou-se uma máquina política portentosa. Há um trabalho de base inegável, na cidade e no campo. Enquanto outros imaginavam que a nova política poderia ser desvinculada do contato direto, os fundadores do Morena percorreram o país. Assim, mudaram o mapa do poder no México. O Morena é um gigante sem esqueleto. Essa é a farsa essencial do Morena: uma agremiação enorme e selvagem.

No campo da oposição há um deserto. A eleição de 2018 deixou os partidos tradicionais aos pedaços. O Morena não apenas arrebatou governos locais e assentos no Legislativo, como deixou esses partidos completamente perdidos. Eles não foram capazes de entender as razões de sua derrota e a base da popularidade do novo partido. Assim, parecem incapazes de apresentar uma narrativa alternativa. Em nenhum lugar se vê uma oposição que ofusque o governo, que siga cuidadosamente seus passos para tornar públicos seus tropeços, que conteste o monopólio do governo da narrativa pública. Não há oposição que monitore, que explique, que questione, que descubra e que critique. A voz da oposição não é ouvida e, quando aparece, é irrelevante. As minorias aparentemente ainda estão lambendo as feridas de 2018. A oposição sabe bem que os votos não só tiraram seu poder. A derrota de julho não foi uma derrota comum, ela mergulhou os partidos tradicionais na mais profunda crise de identidade de sua história. Essa é uma crise de sobrevivência. As dúvidas para o triângulo da transição

são complexas: como se reinventar no novo regime? Como lidar com uma liderança tão poderosa e disruptiva como a de López Obrador? O que fazer com o próprio passado? Como enfrentar o magnetismo da nova hegemonia? Há espaço para reformas ou é necessário dissolver-se para inventar algo novo?

Devemos nos debruçar sobre a pretensão hegemônica do Morena. O Morena não quer ser somente outro partido. Não basta ser um partido que vença as eleições. Tem como objetivo ser o veículo político do país autêntico. O Morena e seus aliados são o novo amálgama, o ímã de uma hegemonia em formação. López Obrador não tentou recuperar o projeto perdido do PRD. Não tentou resgatá-lo. Se a melancolia é parte fundamental desse projeto, é justamente por causa do desejo de reconstituir um bloco nacionalista enfrentando adversários sem legitimidade.

O único ponto em comum do Morena é, obviamente, López Obrador. Essa é uma novidade histórica. A história dos partidos políticos mexicanos não é, como em outras partes da América Latina, a história de partidos personalistas. Os partidos mexicanos não o foram. Nem o PRI, com toda a sua disciplina e o enorme poder que concedia ao presidente. Esse salto institucional ocorre logo quando o presidencialismo se entrega definitivamente ao caudilhismo.

A verdade é que o antigo sistema partidário está em crise. Diante da ambição hegemônica do Morena está uma oposição sem rumo. E, ainda assim, os partidos de oposição resistem. Nas eleições de meio de mandato de 2021, o resultado foi misto. O Morena conseguiu uma melhor presença regional. Dos quinze governos que estavam em disputa, o partido do presidente levou onze. Na Câmara dos Deputados, a coalizão presidencial manteve a maioria absoluta dos votos, com 281 assentos, mas perdeu a maioria qualificada de dois terços, que lhe permitiria alterar a Constituição sem o apoio de outros partidos políticos. Na capital da República que, desde 1997, é o núcleo da esquerda, o Morena sofreu uma dura derrota eleitoral. Das onze prefeituras que governava, o partido do presidente perdeu quatro, de modo que a maioria delas está agora sob o controle da oposição ao Morena.

A presença da oposição no Congresso Federal é suficiente para limitar o impacto do rolô compressor morenista ao escopo das leis. O Morena não pode alterar a Constituição se não for capaz de persuadir a oposição. Não pode, portanto, dismantlar os fundamentos constitucionais do pluralismo. A oposição, que tenta coordenar uma estratégia parlamentar, já obteve um sucesso significativo. Ela foi capaz de parar uma reforma constitucional do setor elétrico.

O governo de Andrés Manuel López Obrador elaborou o esboço de uma reforma política. Destaca-se uma novidade processual relevante. Ao contrário de todos os esforços de reforma na história recente do país, essa proposta não surge de uma negociação entre as partes, mas da vontade do Executivo. Não reflete as exigências da oposição, mas a vontade presidencial. A proposta atinge o Instituto Nacional Eleitoral. Se o INE (antigo IFE) é, para López Obrador, cúmplice da fraude que tirou dele a presidência em 2006, o que se busca é eliminá-lo. A ideia é que os cidadãos votem diretamente nos conselheiros que presidiriam o mais alto órgão eleitoral. A presidência, o Congresso e o Supremo Tribunal lançariam candidatos e o eleitorado decidiria. As credenciais populistas da proposta são impecáveis. A imparcialidade é uma farsa: toda instituição deve seguir a vontade da maioria.

A proposta tem poucas chances de sucesso, na medida em que a oposição permanece unida em sua rejeição às reformas constitucionais do regime.

● A erosão institucional

Fiel ao seu roteiro, para o governo López Obrador não há espaço para os órgãos autônomos que foram criados nos últimos anos no México e que refizeram o quadro do regime constitucional. A ideia que sustenta esses órgãos de Estado é que certas ilhas de racionalidade técnica podem escapar do cálculo das majorias e, assim, cuidar de direitos, da concorrência, da política monetária, da transparência. Assim surgiram no final dos anos 1980 as comissões de direitos humanos, para enfrentar a crise dos direitos humanos, e que não podiam seguir o caminho comum dos tribunais, nem

poderiam ser confiadas a órgãos dependentes da autoridade executiva. A organização das eleições foi confiada a um instituto independente para dar uma confiança que nenhum governo poderia garantir. Um instituto de acesso à informação pública também surgiu para garantir a transparência a que todos os órgãos de poder resistem. A concorrência econômica e as telecomunicações também contavam com um órgão técnico e especializado.

Essas são, sem dúvida, heresias para a convicção populista: esconderijos de tecnocratas que viram as costas para a vontade da maioria, argumentos técnicos incompreensíveis que escapam da dicotomia da polarização, burocracias perpétuas que ignoram o calendário eleitoral. O governo de Andrés Manuel López Obrador as demonizou porque contradizem sua noção democrática e travou uma luta contra elas. Várias foram as rotas de sua estratégia. Tentou-se sufocá-las via orçamento. Reduzir brutalmente o valor de suas rubricas para que não tivessem escolha a não ser reduzir suas atividades ao essencial. Elas são assediadas diariamente pela presidência, descritas como entidades a serviço da oligarquia. O desprezo por essas instituições tem sido tal que seus cargos de comando foram deixados vagos quando um ocupante encerrava seu mandato. Dessa forma, um conselho tem dificuldade em formar quórum e dar legalidade às suas resoluções. A convicção na qual se baseia essa política destrutiva é a crença de que todos os órgãos do poder público devem estar em sintonia com a vontade da maioria. Se ganhamos a eleição, o bolo é todo nosso. Todos os que levantam um “mas” à vontade suprema são um obstáculo a ser removido. Não há nenhuma razão legítima contra nossa maioria. Todos precisam se submeter a uma só vontade.

Para o presidente, os órgãos autônomos devem ser eliminados. São caros, carecem de legitimidade, são instituições a serviço dos interesses investidos que defendem a ideologia neoliberal. Na sua opinião, as funções que desempenham podem ser facilmente preenchidas pela administração pública. Assim foi desenhado o projeto de reformar a administração pública para incorporar cada uma dessas unidades aos órgãos do governo federal.

É significativo que o projeto de os eliminar tenha sido frustrado. O presidente reconheceu que, apesar de ser contra sua sobrevivência, ele não

contava com apoio suficiente no Legislativo. As instituições do pluralismo constitucional estão enfraquecidas, mas, no fim das contas, sobrevivem.

● A violência e a estratégia de segurança

Não há dúvida de que a segurança é um dos desafios mais graves do governo López Obrador. Se o México avançou politicamente nos últimos cinco anos para se tornar um país mais democrático, também regrediu em termos que poderíamos chamar de *civilizatórios*. O México é hoje um país mais democrático do que era há trinta anos, mas também um país mais brutal. É por isso que se pode dizer que os dois processos-chave do século 21 para o México foram o pluralismo e a barbárie. Testemunhamos o fim da hegemonia de um partido e o aumento da criminalidade.

A conexão entre democratização e criminalidade não é óbvia. Vale ressaltar que o surto de violência no México não se deve a uma única decisão catastrófica. É um processo longo e complexo, inserido precisamente na forma como construímos a democracia. Quem quiser entender nossa barbárie deve voltar ao antigo regime, que estabeleceu ligações com o crime. Esse ecossistema criminoso permaneceu estável durante as longas décadas de autoritarismo. O elemento que perturbou o equilíbrio foi a concorrência eleitoral. Isso é mostrado por um estudo muito valioso de Guillermo Trejo e Sandra Ley sobre a lógica política que existe em nossas guerras.⁹

O pluralismo alterou radicalmente a relação entre o crime organizado e “especialistas na violência estatal”. A incerteza democrática que surgiu com as eleições competitivas afetou os termos da interação entre o Estado e o crime. A determinação de Felipe Calderón em enfrentar o crime organizado não deu início à crise, mas, sem dúvida, ampliou-a de forma monstruosa. Na visão de Trejo e Ley, a transição democrática do México parou na dimensão eleitoral e não lidou com as heranças do regime. Trouxe com ele uma ilegalidade que entrou em metástase no pluralismo. Os criminosos formavam milícias, as eleições vendiam os protetores, o negócio passou a

9. Refiro-me ao livro TREJO, Guillermo; LEY, Sandra. *Votes, drugs and violence: the political logic of criminal wars in Mexico*. Cambridge University Press, 2020.

ser o controle do território e não a simples venda de ervas proibidas. Assim foram se formando circuitos de governo criminoso em todo o território. O livro de Trejo e Ley nos faz ver essa tragédia. A capa do livro captura uma cena comum no México de nosso tempo: a foto de um crime em que aparece, no fundo, a competição entre os partidos. Um carro queimado no meio de uma avenida em Ciudad Juárez e as enormes fotografias de candidatos sorrindo. Na foto, fitas de isolamento policial e emblemas de partido. Há, em uma imagem, o argumento: nosso caminho para a democracia nos levou à barbárie. O outro fruto da transição foi a violência.

Como opositor, Andrés Manuel López Obrador foi um duro crítico da “guerra ao crime organizado”. Em sua opinião, foi uma decisão que buscou a legitimação de uma presidência espúria e que teve como efeito a ampliação da criminalidade e da violência. Candidato à presidência, Andrés Manuel López Obrador denunciou o envolvimento do Exército em questões de segurança pública. Ele insistentemente propôs que os soldados voltassem para os seus quartéis. Denunciou os abusos do Exército e os efeitos ruins de sua participação na guerra. Essa foi uma das grandes surpresas do governo, que tomou um rumo militarista que ninguém havia previsto. Os soldados não voltaram para os seus quartéis. Eles estão cada vez mais presentes na vida pública do país. Sob o governo de López Obrador, os militares não só viram seu trabalho em questões de segurança pública se fortalecer, mas também cuidaram de muitas tarefas que estão dentro da alçada do serviço público. Fernando Escalante, sociólogo do Colégio de México, acredita que está se fechando o parêntese civilista aberto no final da Revolução Mexicana.

O desprezo pelos quadros técnicos da administração é tão visível quanto a idealização dos fardados. O Exército é pintado como uma expressão do povo autêntico e profundo, um corpo incorruptível, disciplinado e eficiente. O Exército não foi chamado somente para preencher o vácuo das forças policiais: ele também foi convocado para assumir a alfândega e os portos, para construir as obras emblemáticas do governo.

“O Exército é o povo uniformizado”, insiste Andrés Manuel López Obrador. Ele diz que é como se a frase pudesse dissipar qualquer medo dos efeitos que essa ascensão das Forças Armadas a uma posição que não tinham

desde os tempos revolucionários poderia ter sobre a vida da República. A presença das Forças Armadas na política mexicana é uma das transformações mais profundas e preocupantes dos últimos quatro anos. O Centro de Pesquisa e Ensino Econômico (CIDE) e outras organizações formaram um valioso “Inventário Nacional dos Militarizados”,¹⁰ um registro detalhado das funções civis que foram atribuídas às Forças Armadas e à Guarda Nacional. Os números são impressionantes. Funções da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Previdência, da Comissão Nacional de Florestas, da Secretaria de Comunicação, do Banco do Bem-Estar e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) foram transferidas para as Forças Armadas. As obras públicas mais importantes foram entregues ao Exército: o aeroporto de Felipe Angeles, o Trem Maia, as filiais do Banco do Bem-Estar e os quartéis da Guarda Nacional.

“As forças armadas”, argumentou Escalante, “serão um dos fatores do novo regime”.¹¹ O jogo militarista ameaça a ordem civil, atinge a administração, amplia as possibilidades de corrupção, multiplica os espaços de intimidação e de abuso. Ele tende a aumentar as tensões dentro das corporações militares e entre o poder civil e o poder militar. Poucos processos são tão alarmantes atualmente quanto o retrocesso militarista. Insiste-se em atribuir funções de segurança pública ao Exército, apesar de as evidências desses anos sangrentos deixarem claro que é justamente essa intervenção que tem provocado a maior violência. “A taxa de homicídios”, afirma Escalante, “aumentou escandalosamente não antes, mas depois da intervenção do Exército nos lugares em que ele estava ou havia estado”.¹²

A primeira aposta do governo foi o Exército: continuar a militarização da estratégia de segurança pública e constituir a Guarda Nacional, primeiro sob um comando civil e, logo depois, sob comando militar. Mesmo com uma proibição expressa na Constituição, o Congresso decidiu subordinar a Guarda Nacional ao Ministério da Defesa Nacional. A segunda aposta foi a confiança de que o desaparecimento da pobreza acabará com as causas

10. O inventario pode ser consultado em: <<https://pppdata.politicadedrogas.org/#ppd.inm>>.

11. ESCALANTE, Fernando. No es el pueblo. *Nexos*, jan. 2021.

12. ESCALANTE, Fernando. En la violencia: 2008-2022. *Nexos*, ago. 2022.

da violência. “Abraços, não balas”, é a frase que sintetiza essa ilusão. Para pacificar, pregar.

● A lei e o Estado

O grito do candidato López Obrador após as eleições de 2006, nas quais ele perdeu por uma pequena margem de diferença, foi: “para o inferno com as suas instituições”. Ênfase a palavra “suas” porque é a palavra-chave da frase. De fato, quem era o então candidato do Partido da Revolução Democrática via as instituições como máquinas a serviço da oligarquia. Não um patrimônio comum, mas a propriedade de um contra o outro. Essa é a patrimonialização das instituições que caracteriza o populismo contemporâneo: as instituições, a lei e o próprio Estado são um instrumento de uns contra outros, não o patrimônio comum. José Ramón Cossío, ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, revela o coração da concepção jurídica do presidente: “para López Obrador, a lei não é um conjunto de normas que restringe suas ações, mas uma ferramenta para tornar suas decisões realidade”.¹³

Não se encontra no projeto lopezobradorista a ambição de fortalecer o Estado. Embora o presidente se lance diariamente contra os horrores do neoliberalismo, ele se vê, em grande medida, capturado pela suspeita original de seu inimigo. O Estado parece-lhe uma máquina fria e distante. Um concentrado imoral de violência, cuja ação é irremediavelmente repressiva. Um aparelho acorrentado a procedimentos muito emaranhados, que dificultam sua atuação; um artefato submetido a formalismos que atrasam qualquer intervenção efetiva e que absorvem os recursos que deveriam ser alocados a outras causas. Como os neoliberais que tanto odeia, López Obrador continua a imaginar o Estado como um obstáculo e os burocratas como malfeitores. Dessa convicção veio o corte burocrático mais furioso da história recente do país. Com a fúria thatcherista, o governo empreendeu o expurgo de uma burocracia que considera mimada e supérflua. Não se trata, portanto, de criar instituições, de formalizar programas, de fiscalizar,

13. COSSÍO DÍAZ, José R. López Obrador y el derecho. *Letras libres*, mar. 2019.

de estruturar serviços públicos estáveis, mas de conceder subvenções. Essa é a filosofia friedmaniana do governo: subsídios diretos que isentam o Estado de qualquer responsabilidade de gestão e de vigilância. Trata-se de estabelecer “apoios diretos” para evitar intermediações burocráticas perversas.

Fiscalmente reganiano, o governo prefere a amputação administrativa à reforma. Para financiar programas sociais e obras públicas ambiciosas, o governo opta por estrangular-se em vez de considerar uma mudança nos impostos. Esse desprezo pela administração é uma consequência do voluntarismo. O desejo presidencial não tem que parar diante do “mas” das comissões, das regras, dos processos. Assim, o antiestatismo da época está mais próximo do pensamento mágico do que das práticas de planejamento do Estado. Pedir permissão à Mãe Terra é mais importante do que concluir um miserável estudo de impacto ambiental. Antiestatismo que não é economista, mas moralista. Não se baseia nos supostos benefícios do mercado, mas na superioridade de uma vontade impecável, a do presidente.

Roger Bartra, o antropólogo que descobriu as “redes imaginárias” do autoritarismo mexicano, identifica duas vertentes centrais no projeto lopezobradorista. O primeiro é o que ele chama de *retropopulismo*.¹⁴ O horizonte do lopezobradorismo é o passado pré-neoliberal. Antes da usurpação tecnocrática, o país era autêntico, os valores tradicionais floresciam, a soberania era exercida, o patrimônio público era bem cuidado. A segunda vertente é “o estilo irracional de governar”. López Obrador age guiado por um caprichoso olfato. A força eleitoral do lopezobradorismo corresponde a uma nulidade intelectual.

*

Segundo a *Economist*, o México já deveria ser considerado um “regime híbrido”. O estudo, como muitos outros relatos políticos dos últimos anos, apresenta os retrocessos democráticos no mundo. Menos da metade da população mundial vive em um regime democrático. De acordo com a unidade de inteligência do semanário inglês, que leva em conta 60 indicadores de desenvolvimento político, o México foi rebaixado. Por ser uma

14. BARTRA, Roger. *Regreso a la jaula: el fracaso de López Obrador*. México: Debate, 2021.

democracia imperfeita, torna-se um regime híbrido, um sistema que reside entre democracia e autoritarismo. O relatório leva em consideração a concentração de poder no Executivo, a hostilidade à oposição e a órgãos autônomos e a intolerância com os críticos.

A incerteza é a marca da política mexicana atual. O governo de López Obrador já começou seu último terço. Entra na fase de declínio do mandato de seis anos com considerável apoio pessoal. As pesquisas publicadas recentemente mostram que ele mantém o apoio da maioria. Oráculus, um agregador de pesquisas, registra 62% de aprovação do presidente López Obrador e uma desaprovação de 34 pontos. No entanto, a avaliação do desempenho do presidente é muito diferente. Ele não é visto como um presidente que tem sido capaz de pôr fim à violência e sua estratégia econômica tampouco é vista como bem-sucedida. O Morena é claramente o partido com mais chances de manter a presidência em 2024. Seus principais candidatos, a prefeita da Cidade do México, Claudia Sheinbaum, ou o secretário de Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, possuem uma vantagem considerável sobre os que são mencionados como candidatos dos partidos de oposição. A oposição enfrenta um desafio de unidade muito sério e parece que a coalizão dos partidos tradicionais para enfrentar o partido governista já entrou em colapso. Mas o Morena também enfrenta desafios importantes. O líder do partido no Senado começa a se distanciar da liderança de seu partido e tenta conquistar a candidatura presidencial sem a bênção do fundador.

A política mexicana está, portanto, aberta a muitas incertezas. A primeira delas é a incerteza sobre os candidatos. Não está claro quais serão os nomes na 24ª eleição presidencial. A falta de solidez interna dos partidos e a precariedade de suas recentes alianças colocam em dúvida quem serão os candidatos na disputa federal. Há também uma saudável incerteza democrática sobre qual será o veredito dos eleitores. Mas há, por fim, uma incerteza antidemocrática. Refiro-me à questão da resposta presidencial aos resultados da eleição caso lhe sejam desfavoráveis. Como expliquei aqui, a vitória de 2018 não aproximou López Obrador do regime institucional. Ele manteve uma atitude de semilealdade institucional, minando a legitimidade dessas entidades que contestam seu projeto político. Em sua longa

carreira, não houve uma ocasião em que ele aceitou a derrota. A incerteza resume a fragilidade da ordem democrática no México. A resistência sobrevive, mas enfrenta desafios extraordinários.

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG

